

PARTE – 1

1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 - ATA DE FUNDAÇÃO

1.2 - ESTATUTO

1.3 - ATA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

1.4 - ATA DE MUDANÇA DE ENDEREÇO

1.5 – ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA

1.6 – DOCUMENTAÇÃO DA DIRETORIA



**Universidade
Patativa**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - REGISTRO CIVIL

05621040000174

1º OFÍCIO

ASSARÉ CE

LUÍS SAMUEL FREIRE

Tabelião

LUÍS GONZAGA DA SILVA FREIRE

Substituto

Esta conforme ao original, conferi autenticidade de acordo com o art. 2º do Decreto nº 148 de 26-04-48 Deu fe

Assinatura: 30 09 2022

CERTIDÃO

MARIA DAYANE NASCIMENTO LEITE
Oficial Substituto - CPF: 008.828.363-09

Válido somente com o selo de autenticidade

Bel. Luís Samuel Freire, Oficial do Reg. de Pessoas Jurídicas do Cartório do 1º Ofício, sito à Rua Dr. Gentil Braga, n.º 022 - Centro, nesta cidade de Assaré, Estado do Ceará, CERTIFICA, que a ATA DA REUNIÃO DE FUNDAÇÃO E CRIAÇÃO DA ENTIDADE "FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ", com sede na cidade de Assaré - Ceará, datada de 02 (dois) de setembro de dois mil e um (2.001), se encontra registrada, sob n.º 224, protocolo n.º 008/02, às fls. 059v/060, no livro A-03 de Registro de Pessoas Jurídicas, em 1º (primeiro) de outubro de dois mil e dois (2.002), com o teor seguinte:

ATA DA REUNIÃO DE FUNDAÇÃO E CRIAÇÃO DA ENTIDADE "FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ.

Aos dois (02) dias do mês de setembro de dois mil e um (2001), às 19:00 horas, reuniram-se na residência do Sr. Francisco Palacio Leite, na Avenida São Francisco n.º 173, nesta cidade de Assaré os Senhores: Francisco Palacio Leite, Ana Maria de Sousa Carvalho, Damiana Maria de Sousa Carvalho, Antonio Palacio Leite, Maria Eldevanha de Souza, Maria Lucia de Sousa, Antonio Ramos Palacio, Valeria Matias de Alencar, Francisco Evilardo Palacio Sales, Débora Sutério de Alencar, Antonia Doracir Neres, Maria Vanusa de Alcântara Ferreira, para juntos discutirem e fundarem uma Entidade, sem fins lucrativos com objetivos a serem explicitados em Estatuto e normas inerentes às fundações. Após várias colocações feitas por todos os presentes ficou aprovado que estava criada a Entidade proposta e que seu nome será: Fundação Universidade Patativa do Assaré, no intuito não só de homenagear o Poeta Patativa do Assaré, mas também imortalizar-lo, através de ações inspiradas em suas obras. Depois de aprovado a criação e o nome da Fundação, ficaram os Senhores Antonio Palacio Leite, Ana Maria de Sousa Carvalho e Maria Eldevanha de Souza, responsáveis pela elaboração do Estatuto e da pauta da reunião, já convocada para o dia 02 de outubro, quando será formalizada e instituída a Entidade e bem como votado o seu Estatuto. Assim posto e definido, foi encerrado a reunião e lavrada a presente ata que vai ser assinada por todos os presentes: Francisco Palácio Leite, Maria Lucia de Souza, Francisco Evilardo Palacio Sales, Damiana Maria de Sousa Carvalho, Ana Maria de Sousa Carvalho, Antonio

Rua Dr. Gentil Braga, 22A, Centro - ASSARÉ-Ceará - Fone: (88)35351146 / Fax: 35351146

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - REGISTRO CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ
Viu e habitei - Assaré - 30.09.2022
CPF: 008.828.363-09

Ramos Palacio Leite, Maria Eldevanha de Souza, Débora Sutério de Alencar, Valeria Matias de Alencar, Antonio Palacio Leite, Antonia Doracir Neres, Maria Vanusa de Alcântara Ferreira. Era o que se continha na presente ata aqui fielmente transcrita. Está conforme. Dou fé. Assaré, Ce, 1º (primeiro) de Outubro de 2002 (dois mil e dois). Eu, (as.) Fausto Cartaxo Rolim, Registrador Público deste Cartório o subscrevi.

CERTIFICO ainda que não consta notas, retificações ou averbações no referido termo. O referido é verdade. Dou fé.

ASSARÉ, 05 de outubro de 2009.



REGISTRADOR DO 12. OFÍCIO

Leite Samuel Proença
- OFICIAL -
ASSARÉ - CE



Esta conforme ao original. Contem autenticação de acordo com o art. 2º do Decreto nº 148 de 26-04-48 Dou fé

Amare Assaré, 16 09, 2022

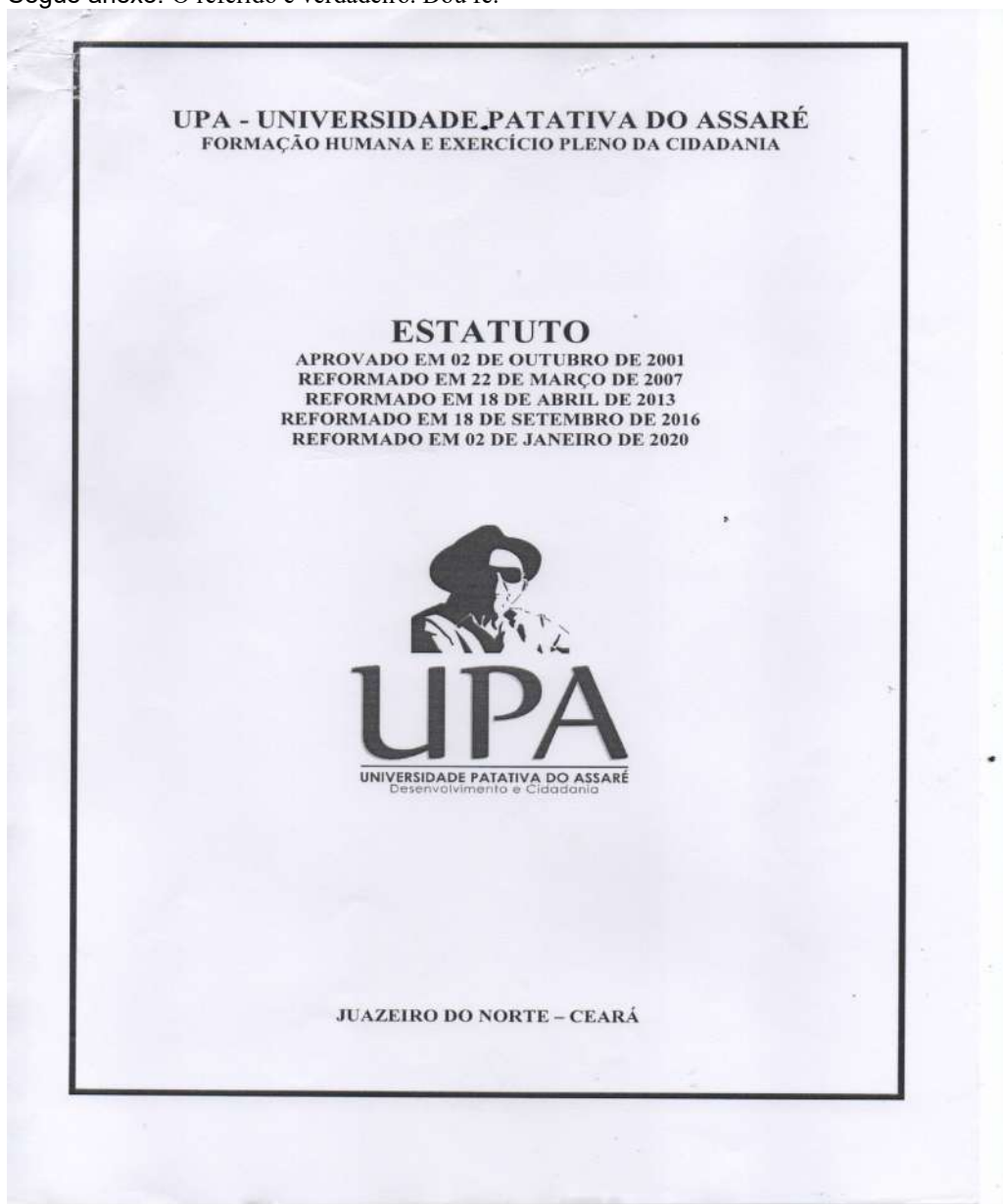
MARIA DAYANE NASCIMENTO LEITE
Oficial Substituto - CPF: 000.000.363-09
Válido somente com o selo de autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Prov. 06/97

EMOLUMENTOS	33,98
PERMOJU	2,16
FERC	0,00
FERC	4,00
TOTAL	40,14
SELO	AD 787317

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo o Livro A-25 de Registro de Pessoa Jurídica deste Cartório do 2º Ofício, sob n.º 2036, encontrei o registro datado de 02 de janeiro de 2020 correspondendo ao seguinte título: **ESTATUTO REFORMADO DA UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ – UPA CNPJ SOB N.º 05.342.580/0001-19**. Datada de 21 de novembro de 2019. Segue anexo. O referido é verdadeiro. Dou fé.



ESTATUTO

CAPÍTULO I TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FINS E OBJETIVOS.

Artigo 1º. A Universidade Patativa do Assaré, também denominada UPA, fundada em 02 de outubro de 2001, é uma pessoa jurídica, de direito privado, de natureza filantrópica e de assistência social, de caráter educacional, cultural, de saúde, de defesa de direitos, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, de fins não econômicos, com duração indeterminada, reconhecida de utilidade pública, e que se regerá pelo presente Estatuto Social, por outras normativas organizacionais e pelas leis que lhe são aplicáveis.

Artigo 2º. A Universidade Patativa do Assaré, terá sede administrativa e fórum, na cidade de Juazeiro do Norte Estado do Ceará, podendo expandir suas atividades em todo território nacional.

Artigo 3º. A Universidade Patativa do Assaré tem por finalidade precípua o desenvolvimento de atividades de cunho social, educacional, cultural, assistencial e desportivo, dentre outros, pautado nos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da ética, atuando na busca pela redução das desigualdades e na garantia de direitos:

§ 1º. A oferta de serviços assistenciais será destinada a todos que manifestarem interesse, independente de raça, cor, gênero ou religião;

§ 2º. Os serviços assistenciais ofertados pela instituição em complementariedade aos do Estado, são de natureza gratuita, enquadrando-se a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e também as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, não importando qualquer ônus para os beneficiados.

Artigo 4º. Para consecução de seus objetivos fins e a oferta dos serviços de atendimento, assessoramento e de promoção da cidadania, a Universidade Patativa do Assaré poderá: firmar contratos, convênios, parcerias e intercâmbios com Órgãos, Entidades e Instituições Nacionais e Internacionais, Governamentais e não Governamentais, tais como: Ministérios, Embaixadas, Secretarias de Estados e de Municípios, Empresas Estatais, Prefeituras Municipais, Câmara de Vereadores, Empresas de Economia Mista, Órgãos Públicos das esferas Federal, Estadual e Municipal para prestação de serviços de interesses das partes, podendo para tanto terceirizá-los.

§ 1º. A UPA poderá firmar contratos, convênios, parcerias e outros atos com terceiros para prestação de serviços técnicos e/ou especializados em consonância com seus objetivos;

§ 2º. A UPA poderá interposto a pessoas físicas e jurídicas, operacionalizar serviços do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tanto do Legislativo quanto do Executivo, bem como das Autarquias, das Empresas de Economia Mista, de Entidades e de Instituições afins;

§ 3º. Formar grupos de trabalho envolvendo profissionais de todas as áreas do conhecimento para executar ações, serviços e tarefas junto ao Poder Público Federal, Estadual, Municipal, Órgãos e Entidades Governamentais e não Governamentais tanto do Brasil quanto do Exterior;

§ 4º. Mobilizar trabalhadores não especializados e sem formação técnica, tanto rural quanto urbano, para implantar projetos em diversas áreas da produção visando a promoção humana com a elevação da autoestima através da ocupação, renda e profissionalização.


Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998

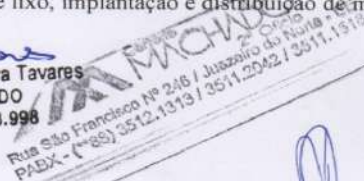

Carlos MACHADO
2º Ofício
Rua São Francisco nº 246 | Juazeiro do Norte - CE
FONE: (88) 3512.1313 / 3511.2042 / 3511.1513

Página 1 de 15

Art. 5º. A Universidade Patativa do Assaré tem por objetivos:

- I. Manter, auxiliar, assistir, fundar e administrar escolas em todos os níveis, graus e modalidades de ensino.
- II. Instituir nos estabelecimentos de ensino por ela criados o ensino técnico e profissionalizante, visando à habilitação e a qualificação profissional.
- III. Conceder bolsas de estudos e apoio financeiro aos estudantes que comprovadamente demonstrem não terem condições financeiras de prosseguirem seus estudos.
- IV. Ministrar capacitações e cursos de formação docentes, bem como planejar e realizar seminários, fóruns, amostras, painéis e ações em todas as áreas e esferas da administração pública.
- V. Estimular, apoiar e executar planos e projetos voltados para a pesquisa em todas as áreas do conhecimento.
- VI. Executar tarefas e ações que resultem em informações que subsidiem o poder público em quaisquer esfera e instituições privadas, a obterem dados que facilitem a implantação de programas e projetos que fomentem à melhoria da qualidade de vida da sociedade.
- VII. Estudos e elaboração de trabalhos de diagnósticos e métodos, de planejamentos administrativos e de implantação de órgãos e projetos públicos.
- VIII. Estudo, planejamento e execução de campanhas publicitárias informativas, educativas e de qualquer natureza, necessárias ao desenvolvimento da administração de instituições sociais, empresariais, educacionais dentre outras.
- IX. Concepção, produção, editoração e edição de material destinado a todos os seguimentos, departamentos e secretarias da administração pública em todas as esferas do Poder.
- X. Recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, cursos de formação profissional, habilitação, requalificação de recursos humanos, capacitação de pessoal, inclusive professores e servidores públicos, bem como organização, elaboração e realização de concursos públicos em todas as áreas, esferas e seguimentos da administração pública.
- XI. Contribuir para o desenvolvimento das Ciências Sociais Aplicadas a partir das realidades e características regionais e bem como apoiar o desenvolvimento técnico-científico das instituições públicas e privadas.
- XII. Manter, auxiliar, assistir, criar ou fundar e administrar Entidades e programas, elaborar e executar projetos e serviços na área da arte e da cultura com recursos próprios ou em parceria com Órgãos e Instituições Públicas ou com Entidades Privadas.
- XIII. Promover, patrocinar, divulgar, elaborar e realizar eventos culturais como: exposições, festivais de artes, de músicas, espetáculos teatrais, de dança e outras manifestações populares com recursos próprios ou em convênios e parcerias com Órgãos e Instituições Públicas ou Privadas.
- XIV. Criar, fundar, manter, e administrar entidades, projetos e serviços na área do turismo e do lazer, valorizando às riquezas artísticas, culturais, históricas e ecológicas, tendo que para isto firmar convênios e parcerias com Órgãos, Instituições e Entidades afins.
- XV. Elaborar, planejar e executar programas, projetos, ações e serviços que promovam o desenvolvimento sustentável da população respeitando a biodiversidade e a busca constante da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
- XVI. Elaborar e executar em parcerias com Órgãos, Instituições Públicas e Privadas projetos que incrementem aos hábitos alimentares, comportamentais, de preservação do meio ambiente e de amor à natureza.
- XVII. Promover a defesa da natureza mantendo parcerias, convênios e intercâmbios com Órgãos Públicos e Entidades afins, implantando e ministrando projetos, cursos, ações e serviços como: reciclagem de lixo, implantação e distribuição de mudas, reflorestamento, uso do solo e da água e

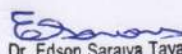

Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


Rua São Francisco nº 246 / Juazeiro do Norte - CE
PABX - (88) 3512.1313 / 3511.2542 / 3511.1918

Página 2 de 15

conscientização da necessidade de preservar a vida através de palestras, seminários, panfletagens e outros meios e formas.


- XVIII. Criar, assistir, manter e administrar postos de funcionamentos de agências de atendimento ao público de Órgãos e Instituições de Desenvolvimento e fomento Público ou Privado através de convênios ou parcerias com a finalidade de proporcionar o acesso aos serviços prestados por estes, à comunidade como: Correios, bancos, cooperativas, Instituições ou Entidades afins.
- XIX. Criar, fundar, assistir, manter e administrar serviços de radiodifusão comunitário, objetivando a divulgação e a informação precisa dos valores culturais, do conhecimento histórico e científico da humanidade e da sociedade.
- XX. Planejar e ministrar cursos, oficinas, palestras e eventos voltados para os mais carentes tendo como público alvo os idosos, crianças e adolescentes em situação de risco, grupos de mães, deficientes, cidadãos desempregados e demais pessoas enquadradas em projetos sociais do Poder Público ou Privado, tendo que para isto firmar convênios e parcerias com Órgãos, Instituições e Entidades afins.
- XXI. Criar manter, administrar e ministrar programas, projetos, ações e serviços, inclusive podendo terceirizar os que são de competência do poder público.
- XXII. Formar, coordenador, criar e instituir grupos ou equipes de profissionais de todas as áreas do conhecimento (humano, tecnológico ou científico) para executar serviços juntos a órgãos Públicos de todas as esferas do poder, inclusive junto ao setor privado.
- XXIII. Prestar assistência Técnica e de extensão rural às famílias que exercem atividades agropecuárias e não agropecuárias, agroextrativista, florestais, artesanais, de aquicultura e outras atividades correlatas no meio rural promovendo processo de gestão, produção, beneficiamento e comercialização através de serviços e de educação formal e não formal de caráter presencial e/ou continuada.
- XXIV. Ensejar meios que favoreçam o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis com foco na agricultura e em atividades ou serviços de base ecológica.
- XXV. Adotar em suas ações metodologias participativas com base na multidisciplinariedade e interdisciplinaridade visando a construção da cidadania através da democratização do acesso ao trabalho e a renda.
- XXVI. Executar isoladamente ou em parceria com o poder público, atividades, ações e serviços por meio de instrumentos de convênios, ou outros meios legais, projetos ou programas de assistência ou de atendimento às crianças, jovens, adultos, adolescentes, idosos, homens e mulheres.
- XXVII. Executar atividades, ações ou serviços junto a programas governamentais com objetivos assistenciais de ordem social, conforme prevê o art. 203, inciso III da Constituição Federal, podendo promover "estágio" de educandos, efetivar programas de "Aprendiz", oportunizar o primeiro emprego e integrar ao mercado de trabalho os jovens e adolescentes excluídos deste seguimento.
- XXVIII. Criar, fundar, manter e assistir projetos que atendam pessoas com deficiência visando à inclusão destas na sociedade gerando oportunidades de trabalho e renda para eles e seus familiares.
- XXIX. Implantar campanhas de inclusão de pessoas com deficiência no que diz respeito dos seus direitos de acessibilidade, locomoção e oportunidades de inserção nos programas sociais do governo Federal, Estadual e Municipal.
- XXX. Criar, manter e assistir isoladamente ou em parceria com o poder público Federal, estadual e municipal, projetos voltados para o atendimento, acompanhamento, assistência e tratamento de pessoas com dependências químicas e usuários de drogas lícitas e ilícitas, bem como seus familiares e dependentes.


Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


Rua São Francisco Nº 248 / Juazeiro do Norte - CE
PABX - (85) 3512.1313 / 3511.2042 / 3511.1318

Página 3 de 15

- XXXI. Atuar como agente de integração em programas de Estágios conforme determina a Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e demais normas inerentes ao programa.
- XXXII. Ensejar oportunidades de estágios para estudantes junto a empresas, instituições em geral, inclusive órgãos públicos, tendo em vista o máximo aproveitamento da capacidade de absorção de estagiários, tanto por parte do estudante, como da empresa, instituição ou órgão público.
- XXXIII. Prestar orientação junto às empresas ou entes públicos sobre organização, administração e acompanhamento de estágios de estudantes de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial.
- XXXIV. Preparar e encaminhar, para estágio, estudantes de cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial, assim como acompanhar o seu desenvolvimento.
- XXXV. Para executar as atividades, ações ou serviços prestados pela Universidade Patativa do Assaré, esta poderá: contratar, adquirir, alugar ou produzir material didático pedagógico, kit escolar, alimentação, espaço físico, equipamentos e recursos áudio visuais, veículos e outros instrumentos necessários ao bom desempenho das atividades, ações ou serviços prestados aos contratantes ou convenientes.
- XXXVI. Criar e manter em parceria com o poder público ou setor privado projetos que favoreçam a segurança do cidadão através de iniciativas de informar e de formar uma consciência preventiva de busca de soluções de problemas que provocam no cidadão e na sociedade estado de vulnerabilidade.
- XXXVII. Instituir isoladamente ou em parceria com Instituições de Ensino tanto do poder público quanto do setor privado projetos voltados para o "Cívismo e a cidadania" tendo os valores, a ética e a sustentabilidade como objeto da formação cidadã.
- XXVIII. Executar serviços de consultoria e assessoria em marketing, publicidade e propaganda, projetos culturais, educacionais, turísticos, administrativos e empresariais, esportes e lazer, ambientais e de sustentabilidade em todos os seus aspectos.
- XXXIX. Prestar serviços de empréstimo, aluguel, instalações e montagem de equipamentos, aparelhos e estandes para eventos como: cursos, feiras, amostras, exposições e outros incluindo Buffet, recepção e alimentação destinadas aos participantes dos eventos realizados pela UPA, ou contratado por outrem interessado, em conformidade com o Art. 1º deste Estatuto;
- XL. Criação e montagem de máquinas e equipamentos de forma artesanal para construção e fabricação de produtos reutilizáveis pela sociedade utilizando materiais recicláveis.
- XLI. Produzir e aprimorar dados, informações e análises da problemática urbana e habitacional local e regional, de modo a orientar a atuação do conjunto de atores públicos, privados e demais agentes sociais afetos ao setor habitacional no equacionamento do déficit habitacional.
- XLII. Promoção de habitação de interesse social.
- XLIII. Promover mutirões habitacionais envolvendo famílias de baixa renda, proporcionando-lhes uma moradia digna e despertando nestes o valor de pertencimento.
- XLIV. Incentivo a Gestão Democrática e o controle social por meio de processo de participação no planejamento e na gestão do setor habitacional, especialmente no que tange a habitação de interesse social.
- XLV. Executar, coordenar e ofertar serviços na área de Tecnologia da Informação, incluindo criação, implantação e Manutenção de Software, bem como capacitar os usuários para sua boa utilização.
- XLVI. Criar, ofertar, executar e manter projetos que utilizem Tecnologias Inovadoras nas áreas de Informática, de Energias Renováveis e afins.


Dr. Edson Sáralva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


Rua São Francisco nº 248 / Juazeiro do Norte - CE
FAX - (85) 3512.1313 / 3511.2042 / 3511.1515

Página 4 de 15

- XXXI. Atuar como agente de integração em programas de Estágios conforme determina a Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e demais normas inerentes ao programa.
- XXXII. Ensejar oportunidades de estágios para estudantes junto a empresas, instituições em geral, inclusive órgãos públicos, tendo em vista o máximo aproveitamento da capacidade de absorção de estagiários, tanto por parte do estudante, como da empresa, instituição ou órgão público.
- XXXIII. Prestar orientação junto às empresas ou entes públicos sobre organização, administração e acompanhamento de estágios de estudantes de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial.
- XXXIV. Preparar e encaminhar, para estágio, estudantes de cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial, assim como acompanhar o seu desenvolvimento.
- XXXV. Para executar as atividades, ações ou serviços prestados pela Universidade Patativa do Assaré, esta poderá: contratar, adquirir, alugar ou produzir material didático pedagógico, kit escolar, alimentação, espaço físico, equipamentos e recursos áudio visuais, veículos e outros instrumentos necessários ao bom desempenho das atividades, ações ou serviços prestados aos contratantes ou convenientes.
- XXXVI. Criar e manter em parceria com o poder público ou setor privado projetos que favoreçam a segurança do cidadão através de iniciativas de informar e de formar uma consciência preventiva de busca de soluções de problemas que provocam no cidadão e na sociedade estado de vulnerabilidade.
- XXXVII. Instituir isoladamente ou em parceria com Instituições de Ensino tanto do poder público quanto do setor privado projetos voltados para o "Civismo e a cidadania" tendo os valores, a ética e a sustentabilidade como objeto da formação cidadã.
- XXXVIII. Executar serviços de consultoria e assessoria em marketing, publicidade e propaganda, projetos culturais, educacionais, turísticos, administrativos e empresariais, esportes e lazer, ambientais e de sustentabilidade em todos os seus aspectos.
- XXXIX. Prestar serviços de empréstimo, aluguel, instalações e montagem de equipamentos, aparelhos e estandes para eventos como: cursos, feiras, amostras, exposições e outros incluindo Buffet, recepção e alimentação destinadas aos participantes dos eventos realizados pela UPA, ou contratado por outrem interessado, em conformidade com o Art. 1º deste Estatuto;
- XL. Criação e montagem de máquinas e equipamentos de forma artesanal para construção e fabricação de produtos reutilizáveis pela sociedade utilizando materiais recicláveis.
- XLI. Produzir e aprimorar dados, informações e análises da problemática urbana e habitacional local e regional, de modo a orientar a atuação do conjunto de atores públicos, privados e demais agentes sociais afetos ao setor habitacional no equacionamento do déficit habitacional.
- XLII. Promoção de habitação de interesse social.
- XLIII. Promover mutirões habitacionais envolvendo famílias de baixa renda, proporcionando-lhes uma moradia digna e despertando nestes o valor de pertencimento.
- XLIV. Incentivo a Gestão Democrática e o controle social por meio de processo de participação no planejamento e na gestão do setor habitacional, especialmente no que tange a habitação de interesse social.
- XLV. Executar, coordenar e ofertar serviços na área de Tecnologia da Informação, incluindo criação, implantação e Manutenção de Software, bem como capacitar os usuários para sua boa utilização.
- XLVI. Criar, ofertar, executar e manter projetos que utilizem Tecnologias Inovadoras nas áreas de Informática, de Energias Renováveis e afins.

Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998

INSTRUMENTO PARTICULAR
Rua São Francisco nº 248 | Juazeiro do Norte - CE
PABX - (085) 3512.1313 / 3511.2342 / 3511.1313

Página 4 de 15

- XLVII. Executar pesquisas, identificar demanda, cadastrar e avaliar cadastro dos interessados a adquirir imóveis para moradia através dos programas habitacionais do governo federal, estadual ou municipal.
- XLVIII. Implantação, acompanhamento e execução de obras individuais e/ou coletivas de empreendimentos habitacionais no formato de residencial, condomínio e outros.
- XLIX. Adquirir com recursos próprios ou através de doação, terrenos ou áreas de terras para implantação e construção de empreendimentos habitacionais de interesse social ou para financiamento junto às instituições financiadoras da habitação, no intuito de atender a população sem moradia.
- L. Executar Programas Técnicos Sociais dos empreendimentos habitacionais de interesse social do governo Federal, Estadual ou Municipal, realizando os eventos programáticos oferecendo os profissionais necessários para a realização dos cursos, oficinas, palestras, atividades e ações que se fizerem necessários.
- LI. Realizar avaliação do grau de satisfação dos moradores dos empreendimentos habitacionais dos bairros, das cidades e dos programas de interesse social no intuito de identificar as causas que impedem um convívio harmônico entre os moradores.
- LII. Realizar ações que fomentem a participação dos beneficiários na execução em todas as etapas do projeto em que estes estejam envolvidos incluindo a execução de obras e outras ações ou atividades de interesse individual e/ou coletivo.
- LIII. Fortalecer a comunidade através da mobilização e organização comunitária repassando informações de interesse coletivo possibilitando o exercício do controle social por parte dos interessados.
- LIV. Proporcionar aos moradores dos empreendimentos habitacionais o acesso aos bens culturais, aos direitos sociais, direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado através de um processo educativo e de formação para apropriação dos saberes e fazeres e da elevação cultural e política resultante do trabalho coletivo e auto-organização.
- LV. Elaborar, planejar e executar ações e atividades que gerem emprego e renda através da implantação de pequenos negócios, tendo a qualificação de mão de obra existente na comunidade como prioridade na implantação dos empreendimentos.
- LVI. Executar, coordenar, implantar e gerenciar atividades e pesquisas nas áreas de energias renováveis;
- LVII. Operar com créditos, microcréditos e microcréditos produtivos tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica.
- LVIII. Executar serviços de cadastramento e recadastramento imobiliários, tanto urbano, como rural

CAPÍTULO II

TÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. do 6º. A UPA, será administrada por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal.

Parágrafo único. Tanto a Diretoria quanto o Conselho Fiscal a que se refere o art. 6º., acima citado, serão formados pelos Associados em gozo de seus direitos e serão eleitos em Assembleia Geral, cumprindo mandatos de 04 (quatro) anos.

Art. 7º. Em caso de vacância, em qualquer uma das funções, tanto da Diretoria quanto de titular do Conselho Fiscal assumirá o suplente do Conselho Fiscal de maior idade.


Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


Rua São Francisco Nº 248 | Juazeiro do Norte - CE
PABX - (88) 3512.1313 / 3511.2342 / 3511.1313

Página 5 de 15

Parágrafo único. O artigo acima não se aplica à vacância ocasionada por qualquer motivo na função de Presidente; função esta que será imediatamente ocupada pelo Vice-Presidente; ficando esta última a ser preenchida em Assembleia Geral.

Art. 8º. Os mandatos tanto da Diretoria quanto do Conselho Fiscal serão de 04 (quatro) anos, podendo para tanto seus ocupantes serem reconduzidos.

TÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA, DO CONSELHO FISCAL E SUAS COMPETÊNCIAS

Art.9º. A DIRETORIA é o órgão da UPA que lhe é delegado o poder advindo da Assembleia Geral de executar os atos da administração em todos os seus aspectos.

Art.10. A UPA, terá uma Diretoria eleita em Assembleia Geral com um prazo estabelecido nos artigos 6º e 8º e será composta de 03 (três) membros; sendo 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro.

Art.11. Será única e exclusiva competência da Diretoria:


- Elaborar os Regimentos Internos dos órgãos a serem criados e mantidos pela UPA;
- Mudar a sede administrativa da UPA;
- Indicar as diretorias das sub-sedes da UPA;
- Contratar pessoal especializado para prestação de serviços técnico e especializado, de acordo com o orçamento anual, aprovado pela assembleia Geral da UPA;
- Dirigir a entidade de acordo com o presente estatuto e administrar o patrimônio social, promovendo o bem geral da entidade e dos associados;
- Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as demais decisões da Assembleia Geral;
- Promover e incentivar a criação de comissões técnicas relacionadas com as finalidades mencionadas no item "a", bem como desenvolver cursos, debates, seminários afins e atividades culturais;
- Representar e defender os interesses de seus associados;
- Elaborar o orçamento anual;
- Apresentar à Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- Admitir e demitir associados.

Parágrafo primeiro. As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria dos votos, com participação garantida da maioria simples dos seus membros, cabendo ao Presidente em caso de empate o voto de Minerva.

Parágrafo segundo. A Diretoria reúne-se pelo menos duas vezes por ano, com a presença da maioria dos seus membros. Qualquer um dos membros poderá solicitar reunião extraordinária, deixando clara em requerimento a finalidade da convocação.

Art.12. O Conselho Fiscal será formado de 06 (seis) membros e será composto de 03 (três) Conselheiros Titulares e de 03 (três) Conselheiros Suplentes, competindo-lhes as seguintes atribuições:

- Examinar os livros de escrituração da UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ;
- Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiros e contábeis, submetendo-os à Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- Requisitar ao tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela UPA;


Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


Rua São Francisco nº 246 / Juazeiro do Norte - CE
PAEX - (88) 3512.1313 / 3511.2042 / 3511.1515

Página 6 de 15

- d) Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- e) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro. O Conselho Fiscal reunir-se-á anualmente até 60 (sessenta) dias após o encerramento do Exercício Fiscal, em sua maioria absoluta, em caráter ordinário ou extraordinário, sempre que convocado pelo Presidente da UPA, pela maioria simples dos associados ou pela maioria dos membros do próprio Conselho Fiscal.

Parágrafo segundo. A cada 04 (quatro) anos haverá eleição para renovar ou manter o mandato do Conselho e dos seus membros.

TÍTULO III **DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE**

Art.13. O presidente da UPA será escolhido em Assembleia Geral e será da sua competência:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e os bens da UPA;
- b) Apresentar o plano das atividades da Entidade nas Assembleias Gerais;
- c) Representar a Entidade em juízo e fora dele podendo nomear procurador legal;
- d) Nomear os funcionários necessários aos serviços da Entidade;
- e) Acompanhar a execução do plano de trabalho aprovado em decorrência deste Estatuto e demais regulamentos internos;
- f) Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e extraordinárias e as reuniões da Diretoria;
- g) Assinar contratos e convênios com os poderes públicos ou instituições particulares, realizar operações de crédito em repartições financeiras e de crédito de âmbito Federal, Estadual, Municipal e particular, inclusive internacionalmente;
- h) Assinar com o Diretor Administrativo e Financeiro ou isoladamente, as notas e documentos da UPA;
- i) Assinar escrituras de compra e venda, de hipotecas, de compromisso, bem como quaisquer outros documentos, sempre mediante prévia apreciação da Diretoria e a autorização da UPA reunida em Assembleia Geral, após seu registro em Ata;
- j) Assinar, com o Diretor Administrativo e Financeiro, todas as contas e gastos, assinando os recibos e demais documentos da tesouraria, de acordo com o resolvido pela Diretoria e o orçamento aprovado pela Assembleia Geral;
- k) Dirigir e manter a ordem nas discussões;
- l) Velar pelo bom desempenho da Entidade, observar e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as resoluções das Assembleias Gerais;
- m) Representar como donatário à Entidade em quaisquer escrituras, contratos e doações ou ainda documentos relativos a bens móveis e imóveis que foram doados, vendidos ou repassados;
- n) Representar as afiliadas mantidas pela Entidade perante os poderes públicos Federal, Estadual e Municipal ou qualquer repartição ou autarquia a eles subordinados, solicitando, requerendo ou recebendo subvenções ou auxílio de qualquer espécie oriunda de qualquer órgão lícito;
- o) Firmar contratos com qualquer pessoa no que diz respeito a assuntos ligados as finalidades da Entidade, conforme dispositivo estatutário;
- p) Constituir procurador "Ad Judicia", "Et. Extra" ou "Ad. Negotia" especificando os poderes conferidos e os prazos do mandato;
- q) Resolver os casos omissos neste estatuto e no Regimento Interno;
- r) Prestar contas das atividades financeiras e sociais da Entidade com relatórios e balanços contábeis e patrimoniais anuais;


Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


M. Machado
Rua São Francisco Nº 246 / Juazeiro do Norte - CE
PAIX - (08) 3512-1313 / 3514-2042 / 3514-1518

Página 7 de 15

- s) Realizar operações de créditos, assinando isoladamente ou conjuntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro, processos de abertura de contas correntes, cheques ou quaisquer outros documentos junto a estabelecimentos de créditos particulares ou oficiais, desde que observados os requisitos legais;
- t) Agraciar personalidades que tenham prestado serviços à Entidade ou a comunidade, com a medalha "PATATIVA, CIDADÃO DO UNIVERSO", em ato solene;
- u) Agendar compromissos, reuniões e Assembleias Gerais, bem como monitorar o uso das instalações, dos bens móveis e imóveis da UPA, podendo nomear do quadro de Associados, auxiliar (es) se necessário.

TÍTULO IV DA COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Art.14. O Vice-Presidente será escolhido em Assembleia Geral e será de sua competência:

- a) Assistir às Assembleias Ordinárias e Extraordinárias e a reuniões da Diretoria e outras;
- b) Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais exercendo todas as funções inerentes;
- c) Auxiliar os trabalhos desenvolvidos pelo Presidente;
- d) Colaborar com o Diretor Presidente em funções que lhe forem designadas.

TÍTULO V DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

- a) Dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da UPA;
- b) Organizar as reuniões do Conselho Diretor;
- c) Efetuar as comunicações e correspondências da UPA com os seus organizadores e com terceiros;
- d) Ter sob sua guarda livros, atas e pareceres da UPA;
- e) Gerir as atividades administrativas da UPA, assim como as relativas a recursos humanos;
- f) Dirigir e supervisionar todos os serviços do Diretor Administrativo e Financeiro;
- g) Organizar e manter a escrituração do movimento econômico e financeiro da UPA;
- h) Elaborar a minuta antes de sua remessa ao Conselho Fiscal;
- i) Movimentar contas bancárias com o Presidente;
- j) Ter sob sua guarda todos os livros e documentos relativos ao Diretor Administrativo e Financeiro;
- k) Controlar e supervisionar a aquisição de materiais de qualquer natureza;
- l) Zelar pelo patrimônio mobiliário e imobiliário da UPA.

TÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL

Art.15. O CONSELHO FISCAL é o órgão encarregado da fiscalização das atividades econômico-financeiras da Entidade e será composto conforme o art. 16º, e seu respectivo Parágrafo único.

Art.16. O Conselho Fiscal é um órgão composto por 06 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral da UPA, e terão mandatos iguais ao da Diretoria.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros titulares e de 03 (três) membros suplentes, eleitos dentre os Associados da UPA.


Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


R. São Francisco Nº 240 / Juazeiro do Norte - CE
PABX - (085) 3512-1513 / 3511-2342 / 3511-1513

Página 8 de 15

Art.17. Será da competência do Conselho Fiscal a análise dos documentos contábeis e o parecer das referidas contas junto a Diretoria e a Assembleia geral da UPA, bem como opinar sobre a aquisição ou alienação de bens.

§ 1º. O Conselho Fiscal tem a obrigatoriedade de publicar, anualmente, o demonstrativo de todas as receitas e despesas realizadas pela Diretoria no exercício anterior.

§ 2º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (duas) vezes por ano, sendo 1 (uma) vez a cada semestre, e extraordinariamente sempre que necessário.

CAPÍTULO III

TÍTULO I

DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Art. 18. As Assembleias podem ser Ordinárias e Extraordinárias.

Parágrafo único. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á no mínimo 03 (três) vezes por ano na Sede da UPA, ou em lugar, data e horários previamente estabelecidos.

Art.19. As Assembleias Extraordinárias serão tantas quantas forem necessárias; e estas se realizarão por convocação da Diretoria ou do Conselho Fiscal em caso de posse de novos membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal e posse de novos associados Efetivos, ou para cassação de mandato de qualquer membro da administração da UPA.

Parágrafo único. As Assembleias Extraordinárias serão convocadas por escrito, com, pelo menos 08 (oito) dias de antecedência, e com a menção dos assuntos a serem tratados.


Art. 20. A Assembleia Extraordinária reunir-se-á para considerar os seguintes assuntos:

- a) Eleição, posse, exoneração e demissão do Presidente ou demais membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da UPA;
- b) Eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal, pelo período correspondente;
- c) Reforma deste Estatuto e aprovação e reforma do Regimento Interno;
- d) Discutir, aprovar, modificar ou rejeitar o Balanço Anual;
- e) Mudança da sede Administrativa da UPA;
- f) Exclusão ou admissão de Associados;
- g) Outros temas de relevância que se fizer necessário.

Art. 21. O Quórum para as deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias será de metade mais um dos Associados da UPA presentes a Assembleia em primeira convocação e da maioria simples dos votos nas convocações seguintes, salvo nos casos em que o Estatuto preveja Quórum especial.

Art. 22. As Assembleias Ordinárias e Extraordinárias podem ser realizadas através de sistemas de videoconferências, desde que o disposto neste Estatuto e no Regimento Interno seja observado; o sistema de videoconferência seja on-line (tempo real), e o Livro de Ata da Assembleia Geral seja assinado por todos os participantes no prazo máximo de 28 (vinte e oito) dias após a leitura da mesma em Assembleia Geral.

Art. 23. Por aprovação da Diretoria haverá anualmente uma Assembleia Geral Ordinária para prestação de contas da Entidade e para incorporação de novos membros conforme prevê o Estatuto, podendo ser por decisão da Diretoria, promovida Assembleia Extraordinária para este fim.


Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


Rua São Francisco nº 246 / Juazeiro do Norte - CE
PABX - (85) 3312-1312 / 3311-2042 / 3311-1318

Página 9 de 15

Art. 24. Compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) Eleger os administradores;
- b) Destituir os administradores;
- c) Aprovar as contas;
- d) Alterar o Estatuto.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem às letras “b” e “d” é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ele deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 25. A convocação das Assembleias Gerais far-se-á na forma do Estatuto, garantindo a 1/5 (um quinto) dos Associados o direito de promovê-la.

Parágrafo único. As demais regras parlamentares que regulam as assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da UPA estão contidas no Regimento Interno.

TÍTULO II DOS MANDATOS

Art.26. As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão conjuntamente a cada 04 (quatro) anos de mandato, por indicação individual ou por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo seus membros ser reeleitos.

CAPÍTULO IV TÍTULO I DA CONVOCAÇÃO

Art.27. As eleições para a Diretoria e para o Conselho Fiscal serão convocadas por edital fixado na sede da Entidade e comunicado aos associados por circulares ou e-mails com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término dos seus mandatos. Nos primeiros 15 (quinze) dias deverão ser registradas na Secretaria as chapas concorrentes. Pode ser eleito a qualquer cargo todo sócio em dias com seus direitos.

TÍTULO II DA PERDA DO MANDATO

Art.28. Perderá o mandato os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal que incorrerem em:



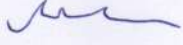
- a) Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- b) Grave violação do Estatuto;
- c) Abandono de cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem a expressa comunicação à Diretoria da UPA;
- d) Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo da UPA;
- e) Conduta duvidosa.

Parágrafo único. A perda do mandato será declarada pela Diretoria Executiva e homologada pela reunião da Assembleia Geral, convocada somente para este fim, nos termos da Lei, onde será assegurado o amplo direito de defesa.

Dr. Edson Saraiva Favares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998

RECEBIDO
Rua São Francisco nº 268 / Juazeiro do Norte - CE
PABX - (88) 3511.1313 / 3511.2342 / 3511.1518

Página 10 de 15

TÍTULO III DA RENÚNCIA

Art.29. O pedido de renúncia tanto de membros da Diretoria quanto de membros do Conselho Fiscal e demais associados que queiram ser excluídos de funções ou do quadro de associados se dará por escrito, devendo ser protocolado junto à Diretoria da UPA que o submeterá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, no máximo, à deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal, e respectivos suplentes, qualquer dos associados poderá convocar a Assembleia Geral que elegerá uma comissão eleitoral de 03 (três) membros que administrará a Entidade e fará realizar novas eleições no prazo de 30 (trinta) dias. Os membros eleitos nestas condições complementarão o mandato dos renunciantes.

TÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO

Art.30. Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e bem como todos os associados não receberão nenhum tipo de remuneração de qualquer espécie ou natureza pelas funções exercidas na UPA.

CAPÍTULO V TÍTULO I DOS ASSOCIADOS E SUAS RESPONSABILIDADES

Art.31. Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da UPA.

Art.32. A UPA conta com um número ilimitado de sócios distinguidos em duas categorias:

- a) Associados Fundadores: os que ajudaram na criação da UPA;
- b) Associados Colaboradores: os que contribuem com a atuação e na captação de recursos.


TÍTULO II DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

- a) Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- b) Zelar pelo bom nome da UPA;
- c) Defender o patrimônio e os interesses da UPA;
- d) Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- e) Comparecer por ocasião das eleições;
- f) Votar por ocasião das eleições;
- g) Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Entidade, para que a Assembleia Geral tome providências.

TÍTULO III DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal na forma prevista neste Estatuto;
- b) Gozar dos benefícios oferecidos pela Entidade na forma prevista neste Estatuto;
- c) Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria e do Conselho Fiscal.


Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


Rua São Francisco Nº 246 / Juazeiro do Norte - CE
FONE - (085) 3512-1313 / 3511-2042 / 3511-1313

Página 11 de 15

CAPÍTULO VI
TÍTULO I
DAS SANÇÕES

Art.33. O Associado que, de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da UPA fica sujeito as seguintes sanções a critério da Diretoria:

- a) Advertência, sempre por escrito em caráter reservado;
- b) Suspensão de um a doze meses do direito a voz e voto;
- c) Os reincidentes em infração punida com advertência:
 - I. Os que estejam em atraso a três meses ou mais no pagamento de contribuições espontâneas; e que fure ou frustrar o seu pagamento;
 - II. Os que deixam de participar de 03 (três) Assembleias Gerais Ordinárias consecutivas, sem motivos justos para não comparecimento ou que mesmo com justificativa, não informaram a diretoria;
- d) Exclusão para os reincidentes em infração punida com suspensão:
 - I. Os que de alguma forma, viabilizem a quebra do Parágrafo único do art.34 deste Estatuto e do Regulamento Interno da UPA quando a utilização das instalações e veículos da UPA.

Art.34. As sanções previstas no art. 33º, e respectivas letras, serão aplicadas pela Diretoria, delas cabendo recursos em Assembleia Geral;

- a) A apresentação de recursos não terá efeito suspensivo caso a Assembleia Geral decida manter as sanções paliçadas pela Diretoria.

Parágrafo único. A Assembleia Geral, se assim deliberar, aplicar como penalidade aos Associados faltosos, o pagamento de multas nos casos de mau uso ou uso indevido dos bens e instalações da UPA.


TÍTULO II
DA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS

Art.35. A admissão dos novos associados dar-se-á independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa e, para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva que observará os seguintes critérios:

- a) Apresentar a cédula de identidade e, no caso de menor de dezoito anos, autorização dos pais ou responsáveis;
- b) Concordar com o presente Estatuto e expressar, em sua atuação na Entidade e fora dela, os princípios nele definidos;
- c) Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- d) Participar pelo menos de 03 (três) reuniões da Entidade.

TÍTULO III
DA DEMISSÃO E DA EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS

Art.36. É direito do associado colaborador e demitir-se quando julgar necessário, protocolando junto à Secretaria da Entidade seu pedido de demissão.


Lr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


RUA 224, Francisco de Sá / Juazeiro do Norte - CE
P.O. BOX - 1180 / 3511-2002 / 3511-1513

Página 12 de 15

Art.37. A exclusão do associado colaborador dar-se-á nas seguintes questões: Grave violação do Estatuto;

- a) Difamar a Entidade, seus membros, associados ou objetos;
- b) Atividades que contrariem decisões de Assembleias;
- c) Desvios dos bons costumes, conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais, conforme Regulamento.

CAPÍTULO VII **TÍTULO I**

DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA ASSEMBLEIA GERAL

Art.38. A Assembleia Geral decidirá por maioria dos votos presentes à reunião convocada. Funcionará em primeira convocação com a maioria absoluta de seus associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, e terá as seguintes prerrogativas:

- a) Eleger a Diretoria;
- b) Destituir os administradores;
- c) Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;
- d) Reformular o Estatuto;
- e) Deliberar quanto à dissolução da Associação;
- f) Decidir em última instância.

CAPÍTULO VIII **TÍTULO I** **DO PATRIMÔNIO**

Art.39. Os bens e recursos da UPA serão usados exclusivamente na realização de seus objetivos, sendo constituídos e mantidos:


- a) Das contribuições dos associados contribuintes;
- b) Das doações, legadas, bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- c) Dos aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos;
- d) Dos serviços prestados de apoio a outras Entidades e a Órgãos do setor público, da iniciativa privada e demais segmentos da sociedade civil.

§ 1º. A organização aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional;


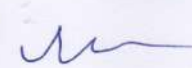
§ 2º. A UPA não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob qualquer forma ou pretexto.

TÍTULO II **DA REFORMA ESTATUTÁRIA**

Art.40. O presente estatuto poderá ser reformado no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, composta dos associados quites com suas obrigações sociais nos termos da Lei.


Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998



 
Página 13 de 15

TÍTULO III DA DISSOLUÇÃO

Art.41. A UPA poderá ser dissolvido a qualquer tempo por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, composta dos associados quites com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços dos presentes e obedecendo aos seguintes requisitos:

- I. Em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados;
- II. Em segunda chamada, meia hora após a primeira, com dois terços dos associados.

Parágrafo único. Conforme estabelecido no item II, em caso de dissolução da UPA, liquidado o passivo, os bens remanescentes serão destinados a outra entidade assistencial congênere com personalidade jurídica comprovada, com sede e atividade devidamente registrada nos Órgãos Públicos.

TÍTULO IV DO EXERCÍCIO FISCAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.42. O exercício fiscal terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando elaboradas as demonstrações financeiras da Entidade, de conformidade com as disposições legais.

Art.42 A. A UPA manterá escrituração de suas receitas e despesas em livros e/ou computadores, revestidos de formalidade capazes de assegurar sua exatidão, e para a prestação de contas observará as seguintes normas:

- I – Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II – A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- IV - A prestação de contas de todos os recursos e bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre.

CAPÍTULO IX TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS


Art.43. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em Assembleia Geral.

Art.44. A UPA poderá vir a constituir seus próprios advogados ou departamento jurídico.

Art.45. Em caso de dissolução da UPA, após as liquidações de suas obrigações com seus Associados e terceiros, seu patrimônio será destinado a outra entidade privada congênere dentro do Município em que atua, ou para outra entidade privada congênere que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Art.46. A UPA deverá ter um Regimento Interno aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e de acordo com o presente Estatuto.

Art.47. A reforma do presente Estatuto entrará em vigor a partir desta data e posteriormente será registrado no Cartório de Títulos e Documentos para que surtam os efeitos legais.


Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998


RUA SÃO FRANCISCO, 216 / JARDIM DO RIO - CE
PATATIVA - (85) 3312-1119 / 3312-1119 / 3312-1119

Página 14 de 15

Art.48. O presente Estatuto foi lido e aprovado em sua íntegra em Assembleia Geral Extraordinária em 02 de outubro de 2001, estando presentes todos os associados desta Entidade em gozo dos seus direitos.

Art.49. Este Estatuto teve seu primeiro registro no Cartório de 1º Ofício de Assaré - Ce, em 01 de Outubro de 2002, sob o número 007/02 as folhas 50 a 59 do livro A-3 e foi reformulado em: 18 de Março de 2007, no Cartório do 1º Ofício de Assaré - Ce, sob o número 048/07 folhas 026/37 do livro A-08; Em 03 de Maio de 2013, no Cartório do 2º Ofício de Juazeiro do Norte - Ce, sob o número 002036, folhas 091 do livro A0014; Em 28 de Dezembro de 2016, no Cartório do 2º Ofício de Juazeiro do Norte - Ce, sob o número 002036, folhas 234 do livro A-019, e sua atual reformulação, conforme aos termos dispostos em Assembleia será na data de seu registro em Cartório de Títulos e Documentos, cessando nesta mesma data a vigência do documento anterior registrado no 2º Ofício de Registros e Títulos e Documentos Civil e de Pessoa Jurídica do Juazeiro do Norte, CE - Cartório Machado.

Juazeiro do Norte (CE), 21 de novembro de 2019.

Francisco Palácio Leite
Diretor Presidente
CPF 285.335.007-00

Maria Lucia de Sousa
Diretora Administrativa Financeira
CPF 22247599320

Dr. Edson Saraiva Tavares
ADVOGADO
OAB-CE 13.998

RECURSO POR SEMELHANÇA A FOLHA DE FRASEO PAULO DE TARSO GONDIM MACHADO
Feito por 02/01/2020.

TABELÃO / SUBSTITUTO

[EM 2 a 4] E O, 19] [SE 1.16] [FA O, 15] [FR O, 15] [SS 1.16] [T 4.65]

Sei Paulo de Tarso G. Machado Sei Cláudio A. G. Machado Sei João G. Machado Maria S. G. Machado Couto

OFFICIAL / SUBSTITUTO

ISS: 000111-000

PAGINA 15 DE 15

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES

Nº do Atendimento: 2022100600190	Valor Total: 197,94
Total Final: 85,04 Total FANDEP: 4,35	
Total FERIQU: 5,20 Total FOMIP: 4,35	
Total Selos: 9,01 Total ISS: 1,71	

Base de Cálculo / Alíq. com Valor Declarado: BaseRecepção 1: 8,86

Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos (Código, nome e valor):

PODER JUDICIÁRIO
Título de Causa: AAB352359-0003
Tipo Tipo 11
Registro RTD / RCP: AAB352359-0003

SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE

Assinado de forma digital por PAULO DE TARSO GONDIM MACHADO:06048528353
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia, ou=18732686000170, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(em branco), cn=PAULO DE TARSO GONDIM MACHADO:06048528353
Dados: 2022.10.07 09:49:12 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2022.002.20212

Juazeiro do Norte/CE 06 de outubro 2022

Paulo de Tarso Gondim Machado
Tabelião / Oficial de Registros

- Oficial do Registro -

Este documento encontrasse armazenado e assinado digitalmente pelo oficial de registros do 2º ofício de Juazeiro do Norte-CE. Amparado no provimento nº 08/2014CGJCE. **Para conferência de autenticidade, acessar:** https://cartoriomachado.net.br/rtdpj2/oficio/sdm_downloads/2036livroa25/ e informar o Código: 75889711

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES

Nº do Atendimento: 2022100600190	Valor Total: 197,94
Total Final: 85,04 Total FANDEP: 4,35	
Total FERIQU: 5,20 Total FOMIP: 4,35	
Total Selos: 9,01 Total ISS: 1,71	

Base de Cálculo / Alíq. com Valor Declarado: BaseRecepção 1: 8,86

Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos (Código, nome e valor):

PODER JUDICIÁRIO
Título de Causa: AAB352359-0003
Tipo Tipo 11
Registro RTD / RCP: AAB352359-0003


SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE

Assinado de forma digital por PAULO DE TARSO GONDIM MACHADO:06048528353
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia, ou=18732686000170, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(em branco), cn=PAULO DE TARSO GONDIM MACHADO:06048528353
Dados: 2022.10.07 09:49:12 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2022.002.20212

**PAULO DE
TARSO
GONDIM
MACHADO:06
048528353**

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR


CERTIFICO, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo o Livro A-25 de Registro de **Registro de Pessoa Jurídica** deste Cartório do 2º Ofício, sob n.º 3323, encontrei o registro datado de 02 de janeiro de 2020 correspondendo ao seguinte título: **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ – UPA CNPJ SOB N.º 05.342.580/0001-19**, datada de 21 de novembro de 2019. Segue anexo. O referido é verdadeiro. Dou fé.


 **UPA**
UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ
Desenvolvimento e Cidadania

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ – UPA**

Aos 21 dias do mês de novembro do ano de 2019, em atendimento ao edital convocatório datado de 11 de novembro do ano em curso, realizou-se em sua nova sede social, à Rua Catulo da Paixão Cearense n.º 175, Edifício Pátio Cariri Corporate, 15º andar - Sala 1504, bairro Triângulo, Juazeiro do Norte – CE, a Assembleia Extraordinária da Universidade Patativa do Assaré – UPA, com as seguintes presenças: Associados: Francisco Palácio Leite – CPF 28533500700, Ana Maria de Sousa Carvalho – CPF 12164585372, Athus Lamare Carvalho Palácio – CPF 02801525316, Maria Lucia de Sousa – CPF 22247599320, Damiana Maria de Sousa Carvalho – CPF 39186223315, Maria Arlaine Oliveira Lobo – CPF 03501869363, Lucenildo Lima do Nascimento – CPF 02451472332, Ana Cristina Souza Cassiano – CPF 06797338336, Marcos Wesley Leite Tavares – CPF 00575191376, Bruno Gustavo Silva do Nascimento – CPF 05912271420, Ednalva Rodrigues da Silva – CPF 30776759353. Sob a coordenação da Diretoria composta por: Francisco Palácio Leite – Diretor Presidente, Athus Lamare Carvalho Palácio – Diretor Vice-Presidente e Maria Lucia de Sousa – Diretor Administrativo Financeiro e dos membros do Conselho Fiscal: Titulares – Ana Maria de Sousa Carvalho, Marcos Wesley Leite Tavares e Lucenildo Lima do Nascimento e seus Conselheiros Suplentes – Damiana Maria de Sousa Carvalho, Maria Arlaine de Oliveira Lobo e Almir Gledson Josué Carvalho. Após a verificação do “quórum” específico previsto para instalação da presente Assembleia, e registro no livro de presença conforme Estatuto Social, assumiu a direção dos trabalhos o Diretor Presidente, Francisco Palácio Leite, o qual cumprimentou os presentes e convidou a mim, Maria Damiana de Sousa Carvalho, para secretaria-lo. Constituído a mesa dos trabalhos, o Presidente, Francisco Palácio Leite declarou instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária, considerando-a habilitada e capaz para deliberação da seguinte Ordem do Dia, consoante Ofício e Convocação n.º 05/2019, de 11 de novembro de 2019, assim redigido: “Nos termos que se dispõem aos Artigos 20 letra “c”, 24 letra “d” e Artigo 40 do Estatuto Social de nossa instituição, vimos convidar Vossa Senhoria a participar da Assembleia Geral Extraordinária da Universidade Patativa do Assaré – UPA, a realizar-se no próximo dia 21 de novembro do corrente ano, 4ª feira às 9h30min., em primeira convocação às 10 horas, em segunda convocação, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1º. Abertura pelo Diretor Presidente ; 2º Deliberar sobre Reforma do Estatuto Social da UPA, atendendo a legislação da Filantropia, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Normas Tributárias e Código Civil Nacional. Devido à importância do objeto do presente ofício, contamos antecipadamente com as imprescindíveis presenças de Vossas Senhorias. Cordialmente, Francisco Palácio Leite, Diretor Presidente ”. Abertos os trabalhos, o Diretor Presidente, Francisco Palácio Leite esclareceu que a UPA sempre cumpriu as formalidades legais e goza de direito a imunidades tributárias, previstas na Constituição Federal, ressaltando ainda os principais condicionantes para obtenção do **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS**, “previstos na Lei 12.101/2009 e a seu decreto regulamentador Lei 8.242 de 2014., que dispõe ao seu Capítulo IV, sobre o preenchimento de requisitos necessários a organizações predominantemente enquadradas a Assistência Social”. A seguir, apresentou as propostas de alterações do Estatuto Social vigente, nos Artigos 1º, 3º (§ 1º e § 2º), 4º (§ 2º), 20º (“g”), 39º (§ 1º e § 2º), 42º A e 49º. Após a exposição o Presidente, Francisco Palácio Leite, todas as propostas foram submetidas à aprovação dos presentes a esta Assembleia Geral Extraordinária, as quais foram unanimemente aprovadas. Em decorrência o Estatuto Social da Universidade Patativa do Assaré – UPA, com as devidas alterações passará a ter a seguinte redação:

Página 1 de 3

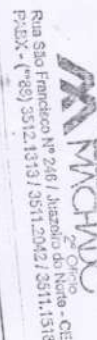




Artigo 1º. A Universidade Patativa do Assaré, também denominada UPA, fundada em 02 de outubro de 2001, é uma pessoa jurídica, de direito privado, de natureza filantrópica e de assistência social, de caráter educacional, cultural, de saúde, de defesa de direitos, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, de fins não econômicos, com duração indeterminada, reconhecida de utilidade pública, e que se regerá pelo presente Estatuto Social, por outras normativas organizacionais e pelas leis que lhe são aplicáveis. **Artigo 3º.** A Universidade Patativa do Assaré tem por finalidade precípua o desenvolvimento de atividades de cunho social, educacional, cultural, assistencial e desportivo, dentre outros, pautado nos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da ética, atuando na busca pela redução das desigualdades e na garantia de direitos: § 1º. A oferta de serviços assistenciais será destinada a todos que manifestarem interesse, independente de raça, cor, gênero ou religião; § 2º. Os serviços assistenciais ofertados pela instituição em complementariedade aos do Estado, são de natureza gratuita, enquadrando-se a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e também as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, não importando qualquer ônus para os beneficiados. **Artigo 4º.** Para consecução de seus objetivos fins e a oferta dos serviços de atendimento, assessoramento e de promoção da cidadania, a Universidade Patativa do Assaré poderá: firmar contratos, convênios, parcerias e intercâmbios com Órgãos, Entidades e Instituições Nacionais e Internacionais, Governamentais e não Governamentais, tais como: Ministérios, Embaixadas, Secretarias de Estados e de Municípios, Empresas Estatais, Prefeituras Municipais, Câmara de Vereadores, Empresas de Economia Mista, Órgãos Públicos das esferas Federal, Estadual e Municipal para prestação de serviços de interesses das partes, podendo para tanto terceirizá-los. § 1º. A UPA poderá firmar contratos, convênios, parcerias e outros atos com terceiros para prestação de serviços técnicos e/ou especializados em consonância com seus objetivos; § 2º. A UPA poderá interposto a pessoas físicas e jurídicas, operacionalizar serviços do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tanto do Legislativo quanto do Executivo, bem como das Autarquias, das Empresas de Economia Mista, de Entidades e de Instituições afins; § 3º. Formar grupos de trabalho envolvendo profissionais de todas as áreas do conhecimento para executar ações, serviços e tarefas junto ao Poder Público Federal, Estadual, Municipal, Órgãos e Entidades Governamentais e não Governamentais tanto do Brasil quanto do Exterior; § 4º. Mobilizar trabalhadores não especializados e sem formação técnica, tanto rural quanto urbano, para implantar projetos em diversas áreas da produção visando a promoção humana com a elevação da auto-estima através da ocupação, renda e profissionalização. **Art. 20.** A Assembleia Extraordinária reunir-se-á para considerar os seguintes assuntos: Eleição, posse, exoneração e demissão do Presidente ou demais membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da UPA; Eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal, pelo período correspondente; Reforma deste Estatuto e aprovação e reforma do Regimento Interno; Discutir, aprovar, modificar ou rejeitar o Balanço Anual; Mudança da sede Administrativa da UPA; Exclusão ou admissão de Associados; Outros temas de relevância que se fizer necessário. **Art.39.** Os bens e recursos da UPA serão usados exclusivamente na realização de seus objetivos, sendo constituídos e mantidos: Das contribuições dos associados contribuintes; Das doações, legadas, bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas; Dos aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos; Dos serviços prestados de apoio a outras Entidades e a Órgãos do setor público, da iniciativa privada e demais segmentos da sociedade civil. § 1º. A organização aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional; § 2º. A UPA não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob qualquer forma ou pretexto. **Art.42 A.** A UPA manterá escrituração de suas receitas e despesas em livros e/ou computadores, revestidos de formalidade capazes de assegurar sua exatidão, e para a prestação de contas observará as seguintes normas: I – Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas

Página 2 de 3




Rua São Francisco Nº 248 / Juazeiro do Norte - CE
P.O. Box - (78) 3512.1313 / 3511.2042 / 3511.1518

Brasileiras de Contabilidade; II – A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão; IV - A prestação de contas de todos os recursos e bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre. **Art.49.** Este Estatuto teve sua reforma aprovada com todo seu teor em Assembleia Geral Extraordinária em 22 de Março de 2007, 18 de Abril de 2013, 19 de Setembro de 2016, 10 de Janeiro de 2018, e sua reformulação conforme aos termos dispostos em Assembleia na data de seu registro em Cartório de Títulos e Documentos, cessando naquela mesma data a vigência do documento anterior registrado no 2º Ofício de Registros e Títulos e Documentos Civil e de Pessoa Jurídica do Juazeiro do Norte, CE – Cartório Machado. Após leitura, discussão, debates e votação que culminou com a aprovação de todas as matérias apresentadas, a presente reunião foi encerrada e para constar, eu Maria Damiana de Sousa Carvalho lavrei a presente ata que após lida será assinada por todos.

2º Ofício

Francisco Palácio Leite
Francisco Palácio Leite
Diretor-Presidente
CPF 285.335.007-00

Maria Lucia de Sousa
Maria Lucia de Sousa
Diretor-Adm. Financeiro
CPF 222.475.993-20

Athus Lamare Carvalho Palácio
Athus Lamare Carvalho Palácio
Diretor Vice-Presidente
CPF 028.015.253-16

Ana Maria de Sousa Carvalho
Ana Maria de Sousa Carvalho
CPF 121.645.853-72

Damiana Maria de Sousa Carvalho
Damiana Maria de Sousa Carvalho
CPF 391.862.233-15

Maria Arlaine Oliveira Lobo
Maria Arlaine Oliveira Lobo
CPF 035.018.693-63

Lucenildo Lima do Nascimento
Lucenildo Lima do Nascimento
CPF 024.514.723-32

Ana Cristina Souza Cassiano
Ana Cristina Souza Cassiano
CPF 067.973.383-36

Marcos Wesley Leite Tavares
Marcos Wesley Leite Tavares
CPF 005.751.913-76

Bruno Gustavo Silva do Nascimento
Bruno Gustavo Silva do Nascimento
CPF 059.122.714-20

Ednalva Rodrigues da Silva
Ednalva Rodrigues da Silva
CPF 307.767.593-53

UPA
UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ
Desenvolvimento e Cidadania
RUA J - CERTIFICADO QUE PROCEDE O REGISTRO DESSE ATO
SOB Nº 3323, LIVRO Nº A-025, FOLHA 159, apresentando:
UPA UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ, DOU FE. Juazeiro do Norte-CE, 02/01/2020.

Reconhecimento POR SEMELHANÇA A Tabela de FRANCISCO PALACIO LEITE.
Feito por: DOU FE. Juazeiro do Norte-CE.
TABELÃO / SUBSTITUTO
[EM 2, 6] [FE 0, 18] [SE 1, 10] [FA 0, 14] [FR 0, 14] [GG, 06] [TT 4, 41]
Sel. Paulo de Tarso G. Machado Sel. Cleon A. G. Machado Sel. João G. Machado Paulo S. G. Machado Costa

UPA
UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ
Desenvolvimento e Cidadania
RUA J - CERTIFICADO QUE PROCEDE O REGISTRO DESSE ATO
SOB Nº 3323, LIVRO Nº A-025, FOLHA 159, apresentando:
UPA UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ, DOU FE. Juazeiro do Norte-CE, 02/01/2020.

UPA
UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ
Desenvolvimento e Cidadania
RUA J - CERTIFICADO QUE PROCEDE O REGISTRO DESSE ATO
SOB Nº 3323, LIVRO Nº A-025, FOLHA 159, apresentando:
UPA UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ, DOU FE. Juazeiro do Norte-CE, 02/01/2020.

Juazeiro do Norte/CE 06 de outubro 2022

- Oficial do Registro -

Paulo de Tarso Gondim Machado
Tabelião / Oficial de Registros

Este documento encontrasse armazenado e assinado digitalmente pelo oficial de registros do 2º ofício de Juazeiro do Norte-CE. Amparado no provimento nº 08/2014CGJCE. **Para conferência de autenticidade, acessar:**
https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/3323a25/ e informar o código: 88679062

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES
Nº do Atendimento: 20221006000232
Total Emolum.: 85,04 Total FAEDEP: 4,25
Total FERMU.: 8,28 Total FERMIP: 4,25
Total Selos: 9,01 Total ISS: 1,71
Valor Total: 107,94
Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado
Bem/Negócio: f: 0,00
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos
Código: 10010/10022/

PODER JUDICIÁRIO
Estado do Ceará
Nº do Atendimento: 20221006000232
Total Emolum.: 85,04 Total FAEDEP: 4,25
Total FERMU.: 8,28 Total FERMIP: 4,25
Total Selos: 9,01 Total ISS: 1,71
Valor Total: 107,94
Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado
Bem/Negócio: f: 0,00
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos
Código: 10010/10022/

PAULO DE TARSO GONDIM MACHADO
060485283
53

Assinado de forma digital por
PAULO DE TARSO GONDIM
MACHADO:06048528353
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=VideoConferencia,
ou=18732686000170,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A1, ou=(em
branco), cn=PAULO DE TARSO
GONDIM
MACHADO:06048528353
Dados: 2022.10.07 10:57:09
-03'00'
Versão do Adobe Acrobat
Reader: 2022.002.20212

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo o Livro A-24 de Registro de Pessoa Jurídica deste Cartório do 2º Ofício, sob n.º 2036, encontrei o registro datado de 27 de agosto de 2019 correspondendo ao seguinte título: **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ CNPJ SOB N.º 05.342.580/0001-19 EM ATENDIMENTO AO ATO CONVOCATÓRIO N.º 003/2019 DE 01 DE AGOSTO 2018**, datada de 08 de agosto de 2019. Segue anexo. O referido é verdadeiro. Dou fé.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ EM ATENDIMENTO AO ATO CONVOCATÓRIO Nº 03/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Aos (08) oito do mês de agosto de (2019) dois mil e dezenove às 10:00 horas na sala de reuniões da UPA, situada na rua Monsenhor Esmeraldo, 36, no bairro Franciscanos em Juazeiro do Norte – CE, reuniram-se os associados em gozo dos seus direitos para deliberarem sobre os assuntos pautados a seguir: 01 – Mudança de endereço da sede da UPA; 02 – Análise das contas do exercício financeiro 2018. Iniciando a reunião sob a coordenação do Sr. Presidente Francisco Palacio Leite que fez a checagem da presença do número regimental para deliberar, agradeceu a todos e passou à leitura do item (01) da pauta que tratava da mudança de endereço da sede da UPA, situada na rua Monsenhor Esmeraldo, 36, no bairro Franciscanos em Juazeiro do Norte – CE, CEP 63020-020, para Rua Catulo da Paixão Cearense, 175, sala 1504, Edifício Pátio Corporate, bairro Triângulo, Juazeiro do Norte – CE, CEP 63041-145. Encerrando a apresentação do novo endereço em que a UPA se estabelecerá a partir do dia 08 de agosto do corrente ano e bem como sua justificativa, o Sr. Presidente pediu que cada associado se manifestasse quanto à mudança, que, após algumas citações favoráveis, foi aceita e aprovada por unanimidade dos presentes. Aceita por aclamação a mudança da sede da UPA, o Sr. Presidente passou a leitura do item (02) da pauta que tratava da análise das contas do exercício financeiro do ano de 2018. Após a leitura feita pelo Sr. Presidente, todos os associados presentes tiveram a oportunidade de analisar e verificar a veracidade dos documentos e das planilhas apresentadas que após dirimidas algumas dúvidas foi aprovada por unanimidade dos associados presentes. Dando por concluída a pauta do ato convocatório, o Sr. Presidente, após a manifestação dos associados presentes, declarou aprovada a mudança de endereço da sede da UPA a partir do dia 08 de agosto de 2019 para Rua Catulo da Paixão Cearense, 175, sala 1504, Edifício Pátio Corporate, bairro Triângulo, Juazeiro do Norte – CE, CEP 63041-145, e ao mesmo tempo em que fica aprovado, também, as contas do exercício financeiro do ano de 2018. Não tendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente reunião e mandou que registrasse a presente ata que será lida e aprovada por todos os presentes.

Luciano Lima do Nascimento
Ana Cristina Souza Carmiana
Paulo de Tarsos Gondim Machado
Ana Maria de Souza Baralho
Maria Antônia Oliveira Lobo
Maria Luciana de Souza

06005 31 41
1. "ESTE DOCUMENTO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA, POR APLICAR O SELLO DO TIPO 01, CONFIRMA A AUTENTICIDADE DO TÍTULO, NA PORTADA Nº 1.000.001, PUBLICADA NO DIÁRIO DA JUSTIÇA EM 08/08/2019, E - POR CONSEQUENTE - SITE DO TÍTULO O SELLO AUTENTICAÇÃO TÍTULO Nº".
10.503.990
APLICADO AO ATO REGISTRO DA TABELA DE INSTRUMENTOS DO TÍTULO APLICADO NESTE DOCUMENTO, O USUÁRIO DEVERÁ ASSINAR NA TELA DE COMPROVAÇÃO DO TÍTULO, O SELLO DO TIPO 01, COM PORTADA Nº 1.000.001, PUBLICADA NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DE 08/08/2019, E - POR CONSEQUENTE - SITE DO TÍTULO O SELLO AUTENTICAÇÃO TÍTULO Nº".
NEL PRISO DE FIANÇA C. MACHADO EL CECERO A. C. MACHADO EL CECERO C. MACHADO
Lugar:
R. São Francisco, 345 | Caixa | Jardim da Aurora | CE | CEP: 63010-215 | paulo@machado.com.br
Fones: (081) 3333-1313 / (081) 3333-1313 / (081) 3333-1313
Assinado (POR SEMELHANÇA) e Tímulo de: FRANCISCO PALACIO
LEITE FEITO POR *Paulo de Tarsos Gondim Machado* DOU FE. Juazeiro do Norte-CE
14/08/2019.
Paulo de Tarsos Gondim Machado
[EM:2.79] [FE:0.18] [BE:1.10] [PA:0.14] [FR:0.14] [SS:0.0] [IT:4.41]
Nel Paulo de Tarsos C. Machado Nel Cicero A. C. Machado Nel João C. Machado Maria A. C. Machado Caio



FOLHA 012

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICA

Foi procedido **A AVERBAÇÃO**, do registro 2036 do livro A-14 e folhas 091-091 datado de 03/05/2013, na forma do art. 114 e seguintes da Lei 6.015/73, **da ATA UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARE - UPA, CNPJ: 05.342.580/0001-19, sob Nº de ORDEM: 04082, LIVRO: A-45, FOLHAS: 012-017 e SELO: ABE526398** devidamente criptografado e armazenado no endereço eletrônico: **https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04082/** Código: **50348961**, abaixo lançado. Do que dou FÉ. Juazeiro do Norte-CE, 14/06/2024.


ICP Brasil
ASSINATURA ELETRÔNICA
Paulo de Tarso Gondim Machado
Tabelião / Oficial de Registros

**PAULO DE
TARSO
GONDIM
MACHADO:0
6048528353**

Assinado de forma
digital por PAULO
DE TARSO GONDIM
MACHADO:060485
28353
Dados: 2024.06.14
09:50:50 -03'00'

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES Nº do Atendimento: 20240514000130 Total Emolumento: 136,99 Total FASEP: 6,85 Total FISCAL: 11,00 Total PROSP: 6,85 Total Selos: 7,99 (Total ISS): 1,28 Valor Total: 162,75 Base de Cálculo / Alíq. sem Valor Declarado Imp. Registro: 0,00	PODER JUDICIÁRIO Cartório do Juazeiro Selo Tipo 11 Registro RDT / RCPJ Nº: ABE28398-C3J9	PODER JUDICIÁRIO Cartório do Juazeiro Selo Tipo 1 Data / Modificação Nº: ABE735214-K9J9
Detalhamento da cobrança / Listagem dos selos da tabela de emolumentos em vigor Código de barras: 0001-0000-0000-0000	SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE Confirmação de Selo Digital em web site: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04082/	SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE Confirmação de Selo Digital em web site: https://cartoriomachado.net.br/rtdpj/2/oficio/sdm_downloads/04082/



DATA: 14/06/2024

ORDEM: 04082

LIVRO: A-45

FOLHAS: 012-017

FOLHA 013



OFÍCIO N.º 132/2024

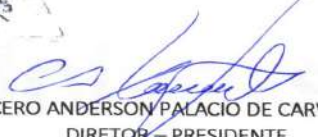
Juazeiro do Norte – CE, 06 de junho de 2024.

AO ILMO. SR. OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE.

A UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ – UPA, inscrita no CNPJ: 05.342.580/0001-19, sediada na Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 175, SL 1504, Edifício Pátio Cariri Corporate, Bairro Triângulo, cidade de Juazeiro do Norte, estado do Ceará, CEP 63.041-162, representada pelo seu Diretor-Presidente, Cícero Anderson Palacio de Carvalho, portador do CPF nº 024.754.833-26, in fine assinado, vem respeitosamente perante V. Sai, **SOLICITAR** o registro da ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do dia 05 de junho de 2024.

Termos em que, aguarda o deferimento.

UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ – UPA
CNPJ Nº 05.342.580/0001-19


CÍCERO ANDERSON PALACIO DE CARVALHO
DIRETOR – PRESIDENTE
CPF Nº 024.754.833-26
RG Nº 2003029170112 SSP/CE



Endereço: Rua Catulo da Paixão Cearense, nº175, Sala 1504, Edifício Pátio Cariri Corporate, Bairro Triângulo, Juazeiro do Norte/CE, CEP: 63.041-162, CNPJ nº 05.342.580/0001-19, Fone/Fax: (88) 3512-2450 www.universidadepatativa.com.br/ / licitacao@universidadepatativa.com.br



DATA: 14/06/2024

ORDEM: 04082

LIVRO: A-45

FOLHAS: 012-017

FOLHA 014



CONVOCAÇÃO

O Sr. Francisco Palácio Leite, Diretor-Presidente da Universidade Patativa do Assaré, inscrita no CNPJ nº 05.342.580/0001-19, embasado na letra "F" do artigo 13 do Estatuto Régio, **CONVOCA** todos os associados em gozo dos seus direitos para a reunião extraordinária para tratar da **Renúncia à Presidência** por parte do Sr. Francisco Palácio Leite, bem como para a posse do Vice-Presidente e, em caso de vacância, para a **eleição e posse do novo diretivo da UPA**, para o quadriênio 2024/2028, no dia 05/06/2024 às 19:00 horas na sede da Entidade.

Publique-se e comunique aos interessados.

Juazeiro do Norte – CE, 31 de maio de 2024.

31/05/2024

[Assinatura]

Francisco Palácio Leite
Diretor-Presidente
CPF nº: 285.335.007-00



Endereço: Rua Catulo da Paixão Cearense, nº175, Sala 1504, Edifício Pátio Cariri Corporate, Bairro Triângulo, Juazeiro do Norte/CE, CEP: 63.041-162, CNPJ nº 05.342.580/0001-19, Fone/Fax: (88) 3512-2450 www.universidadepatativa.com.br/
licitacao@universidadepatativa.com.br



DATA: 14/06/2024

ORDEM: 04082

LIVRO: A-45

FOLHAS: 012-017

FOLHA 015

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ, EM ATENDIMENTO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DATADO DE 31 DE MAIO DE 2024.

1º Estatuto registrado, Ordem 2036, Livro A-14, Folha 091 do dia 03/05/2013, alterado e reformado em 02 de janeiro de 2020, Ordem 2036, livro A-25.

Aos 05 dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro (2024), em atendimento ao edital supracitado, reuniram-se às 19:00 horas na sala de reuniões da Universidade Patativa do Assaré, inscrita no CNPJ 05.342.580/0001-19, situada à Rua Catulo da Paixão Cearense, 175 – sala 1504 do Edifício Pátio Corporate, os associados: Francisco Palacio Leite – CPF nº 285.335.007-00, Ana Maria de Sousa Carvalho – CPF nº 121.645.853-72, Maria Lucia de Sousa – CPF nº 222.475.993-20, Ana Cristina Souza Cassiano Oliveira – CPF nº 067.973.383-36, Maria Arlaine Oliveira Lobo Palacio – CPF nº 035.018.693-63, Lucenildo Lima do Nascimento – CPF nº 024.514.723-32, Maria Damiana de Sousa Carvalho – CPF nº 391.862.233-15, Cícero Anderson Palacio de Carvalho, inscrito no CPF nº 024.754.833-26, Breno Fontes Ribeiro, inscrito no CPF nº 061.464.763-07 e Ana Paula Silva Santos, inscrita no CPF nº 038.055.293-09, para deliberarem sobre a pauta convocatória constando dos seguintes itens: 1) Discussão sobre a renúncia do Diretor presidente e do Diretor vice-presidente por parte do Sr. Francisco Palacio Leite e Athus Lamare Carvalho Palacio; 2) Eleição e Posse da nova diretoria e do Conselho Fiscal para o quadriênio 2024/2028. A reunião teve início com a saudação de boas-vindas feitas pelo Sr. Presidente que também como dirigente dos trabalhos deu continuidade com a checagem do número de associados regimentalmente necessários para deliberam e com a leitura dos itens da pauta de reunião. Após a leitura do item “1” da pauta referente à renúncia do Diretor Presidente e do Diretor vice-presidente. O Sr. Presidente, Francisco Palacio Leite, abriu a discussão da pauta colocando-se à disposição para esclarecer o porquê da decisão, destacando que pretende concorrer ao cargo de Prefeito no Município de Tarrafas – CE, destacando que este é o seu grande sonho e que o Sr. Diretor Vice-Presidente, Athus Lamare Carvalho Palacio, por carta, solicitou a sua renúncia ao cargo por motivos particulares. Encerradas as discussões e dirimidas todas as dúvidas existentes, todos os presentes compreenderam a necessidade do afastamento. 2) Declarada as vacâncias dos cargos de Diretor Presidente e de Diretor vice-presidente a Diretora Administrativa Financeira, Sra. Maria Lucia de Sousa, assumiu os trabalhos e deu início ao processo de Eleição da nova Diretoria e do Novo Conselho Fiscal para o quadriênio 2024/2028. Foi aberto prazo para a inscrição das chapas e quando encerrado foi apresentada a seguinte chapa: Cícero Anderson Palacio de Carvalho - Diretor Presidente, Ana Maria de Sousa Carvalho - Diretora Vice Presidente e Maria Lucia de Sousa - Diretora Administrativa Financeira; Como conselheiros titulares: Ana Cristina Souza Cassiano Oliveira, Maria Arlaine Oliveira Lobo e Lucenildo Lima do Nascimento; E para suplentes: Damiana Maria de Sousa Carvalho, Breno Fontes Ribeiro e Ana Paula Silva Santos. A Sra. Maria Lucia declarou inscrita a chapa eleitoral que por unanimidade foi eleita e aprovada por todos, findando com o resultado de todo o processo. Findando o processo eleitoral, foi empossado nesta data de 05 de junho de 2024 o novo quadro diretivo da UPA - Universidade Patativa do Assaré, composto pelos seguintes associados em seus respectivos cargos: Cícero Anderson Palacio de Carvalho - Diretor Presidente, Ana Maria de Sousa Carvalho - Diretora Vice Presidente e Maria Lucia de Sousa - Diretora Administrativa Financeira; Como conselheiros titulares: Ana Cristina Souza Cassiano Oliveira, Maria Arlaine Oliveira Lobo e Lucenildo Lima do Nascimento; E para suplentes: Damiana Maria de Sousa Carvalho, Breno Fontes Ribeiro e Ana Paula Silva Santos, já qualificados acima. Finalizando assim toda a pauta prevista, o Sr. Presidente Cícero Anderson assumiu os trabalhos agradecendo a confiança e a



DATA: 14/06/2024


ORDEM: 04082

LIVRO: A-45

FOLHAS: 012-017

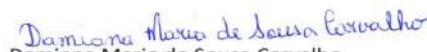
FOLHA 016

presença de todos. Foi declarada encerrada a presente reunião e para constar foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme, será assinada por todos.


Francisco Palacio Leite
CPF: 285.335.007-00

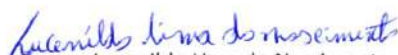

Maria Lucia de Sousa
CPF: 222.475.993-20



Ana Cristina Souza Cassiano Oliveira
CPF: 067.973.383-36


Damiana Maria de Sousa Carvalho
CPF: 391.862.233-15

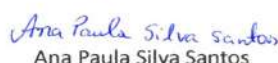

Maria Arlaine Oliveira Lobo Palacio
CPF: 035.018.683-63


Ana Maria de Sousa Carvalho
CPF: 121.645.853-72


Lucenildo Lima do Nascimento
CPF: 024.514.723-32


Cícero Anderson Palacio de Carvalho
CPF nº 024.754.833-26


Breno Fontes Ribeiro
CPF nº 061.464.763-07


Ana Paula Silva Santos
CPF nº 038.055.293-09





DATA: 14/06/2024

ORDEM: 04082

LIVRO: A-45

FOLHAS: 012-017

FOLHA 017

11/06/2024, 09:05

Documento Básico de Entrada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Receita Federal do Brasil ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, se esse for conveniado do CNPJ

PROTOCOLO REDESIM
CEN2482242135

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARE	05.342.580/0001-19

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

202 Alteracao da pessoa fisica responsavel perante o CNPJ
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: CE27944650 - 05342580000119

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME	CPF
CICERO ANDERSON PALACIO DE CARVALHO	024.754.833-26
LOCAL	DATA
	11/06/2024

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 285.335.007-00

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018








CICERO
ANDERSON
PALACIO DE
CARVALHO:024
75483326








Assinado de forma
digital por CICERO
ANDERSON PALACIO DE
CARVALHO:0247548332
6
Dados: 2024.06.12
15:19:06 -03'00'

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/fcpj/dbe.asp>

1/1

 	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO		
	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN		
2 e 1 NOME E SOBRENOME CICERO ANDERSON PALACIO DE CARVALHO		1ª HABILITAÇÃO 15/09/2007	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. 3129319664		3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 28/06/1989, JUAZEIRO DO NORTE, CE	
		4a DATA EMISSÃO 25/10/2022	4b VALIDADE 25/10/2032
		ACC	
		D	
		4c DOC IDENTIDADE / ORIG EMISSOR / UF 2003029107101Z SSP CE	
		4d CPF 024.754.833-26	
5 1º REGISTRO 04203665700		9 CAT HAB AB	
NACIONALIDADE BRASILEIRO			
FILIAÇÃO FRANCISCO PALACIO LEITE			
ANA MARIA DE SOUSA CARVALHO			
7 ASSINATURA DO PORTADOR			

9	10	11	12
ACE 			
A 		25/10/2032	
AI 			
B 		25/10/2032	
B1 			
C 			
C1 			

9	10	11	12
D 			
D1 			
BE 			
CE 			
CE1 			
DE 			
D1E 			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL

FORTALEZA, CE

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

03754829209

CE190012441

CEARÁ

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAM

1. *Nome* e *Sobrenome* / *Name* and *Surname* / *Nomtre* y *Apellidos* - *Primeira* *Hubilação* / *First Driver License* - *Primeira* *Classe de Condutor* - *3*. *Data de Nascimento* / *Date and Place of Birth* *DDMMYY* / *Fechar* *Lugar de Nascimento* - *4*. *Data de Emissão* / *Issuing Date* *DDMMYY* / *Fechar de Emissão* - *5*. *Data de Validade* / *Expiration Date* *DDMMYY* / *Valido* *Mês* - *ACC* - *6*. *Documento* - *Identidade* - *Orgão emissor* / *Identity document* - *Issuing Authority* / *Documento de Identificação* - *Autoridade Expedidora* - *4*. *CPF* - *5*. *Número de registro da CNH* / *Driver License Number* / *Número de Permissão de Condutor* - *9*. *Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação* / *Driver License Class* / *Categoria de Permissão de Condutor* - *Nacionalidade* / *Nationality* - *Nacionalidade* - *Rafaga* / *Filtration* - *12*. *Observações* / *Observations* - *Local* / *Place* / *Lugar*

I<BRA042036657<003<<<<<<<<<<
8906289M3210259BRA<<<<<<<<<<0
CICERO<<AN<PALACIO<DE<CARVALHO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1847436517

NOME
ANA MARIA DE SOUSA CARVALHO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
20183154414 SSPDS CE

CPE
121.645.853-72

DATA NASCIMENTO
19/10/1958

FILIAÇÃO
JOAO DE SOUSA CARVALHO

JOANA MARIA DE SOUSA CARVAL
R/O

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05208443511

VALIDADE
02/09/2026

1ª HABILITAÇÃO
19/05/2011



OBSERVAÇÕES
A



ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
FORTALEZA, CE

DATA EMISSÃO
09/09/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

61780345155
CE182171183

CEARÁ

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Maria Lúcia de Souza

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

Polegar Direito



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2000029255105 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/05/2014

NOME MARIA LÚCIA DE SOUZA

FILIAÇÃO FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA

MARIA SOCORRO DIAS DE SOUZA

NATURALIDADE NOVA OLÍNDIA - CE DATA DE NASCIMENTO 19/10/1960

DOC. ORIGEM CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO:SEDE TERMO:1058 FOLHA:237V LIVRO:A1 ASSARÉ - CE

CPF 222.475.993-20

2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

P.: 98